



Madalenaagir S.A.

fs.
SS
M. do Pico

Relatório de Gestão e Contas 2012

Madalena do Pico, 20 de Março de 2013

Índice

I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

Fr.
Su
Bran Kar

Is.

Dr

Bruno Lame

I – Relatório de Gestão

Relatório do Conselho de Administração – 2012

1. ENQUADRAMENTO ECONOMICO

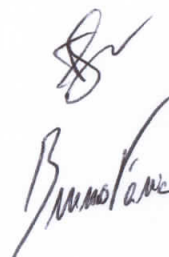
As projeções do Banco de Portugal apontam para uma contração da economia portuguesa em 2012, de -3.2% do PIB e em 2013 de - 1,9% do PIB. Esta evolução implicará uma redução acumulada do produto interno bruto de 7.4 por cento durante o período recessivo de 2009-2013. Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos.

As perspetivas para a economia portuguesa em 2013 e 2014 continuam a ser marcadas pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário.

O ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, que está a ter um impacto recessivo inevitável e antecipado, tornou-se particularmente exigente num enquadramento internacional marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 e que só deverá reverter em 2014. Um dos sinais mais visíveis do ajustamento tem consistido na correção rápida do desequilíbrio externo que, ao longo dos próximos anos, se deverá materializar em excedentes muito significativos da balança corrente e de capital. A redução dos elevados níveis de endividamento externo da economia portuguesa para níveis sustentáveis implica a manutenção destes excedentes por um período prolongado. Tal só será possível num contexto em que as reformas estruturais, destinadas a promover uma afetação mais eficiente dos recursos, permitam um aumento da produtividade dos fatores, do produto potencial e do rendimento dos agentes residentes.



O grande desafio com que Portugal está confrontado neste momento é o de promover o desenvolvimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas nos mercados de trabalho e do produto, o aumento da eficiência do sistema Judicial e a redefinição do papel do Estado são fatores fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá crescimento sustentável, mas acima de tudo não existirá desenvolvimento económico. O esforço e os recursos despendidos com políticas de apoio à criação de emprego só terão sucesso se os entraves ao investimento forem removidos. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes económicos e sociais para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção do consenso institucional e da coesão social.



2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

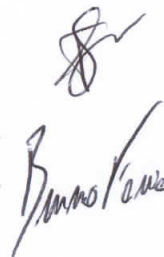
MADALENAGIR, S.A. pessoa colectiva com o número 512.099.642, com sede na Avenida Machado Serpa, 30 na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de actividade em Março de 2007, teve como objecto a concepção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico.

Alguns destes projectos, foram desenvolvidos no âmbito de uma Parceria Publico Privada entre a Empresa Municipal Madalena Progresso E.M. e um conjunto de privados com experiência em diversos domínios na área da concepção, construção e montagem de parcerias público privadas, resultando no compromisso de levar a cabo a execução e colocar em funcionamento diversos Equipamentos colectivos de primordial interesse para o Concelho de Madalena do Pico e também para a Ilha do Pico.

Neste âmbito, os diversos Equipamentos Colectivos a serem desenvolvidos são de manifesto interesse turístico para a ilha do Pico, uma vez que permitem oferecer uma mais-valia na oferta e diversidade de equipamentos colectivos quer para quem visita do exterior o concelho, quer para os residentes, permitindo a execução num curto prazo de tempo de infra-estruturas necessárias para o incremento económico da Vila da



Madalena bem como, potenciar a oferta e diversidade na qualidade de equipamentos numa ilha longe dos grandes centros urbanos, onde a componente pública tem um papel supletivo à actividade económica e social, sendo preponderante e fundamental para o desenvolvimento local.



Os projectos reflectem igualmente a preocupação de criar algo de novo no contexto socioeconómico da ilha.

Assim, o plano de investimentos para a Madalenagir S.A., pretendeu levar a cabo os seguintes empreendimentos:

- 1- Execução do complexo desportivo de S. Mateus, compreendendo a execução do campo de futebol e respectivas bancada e iluminação.
- 2- Execução do Edifício Multiusos
- 3- Execução do Auditório e respectivos Arranjos exteriores.
- 4- Edifício Sócio Educativo do Concelho da Madalena,

Sendo estes os principais os objectivos de investimento da sociedade, desde a sua constituição, o ano de 2010, marcou a fase de execução dos projetos para o Pavilhão Desportivo da Madalena e do Auditório Municipal, situação esta que resultou do impasse criado por parte de Governo Regional, na cedência dos terrenos inicialmente definidos para a instalação deste dois equipamentos, o que obrigou a redefinir uma nova localização para aqueles dois equipamentos.

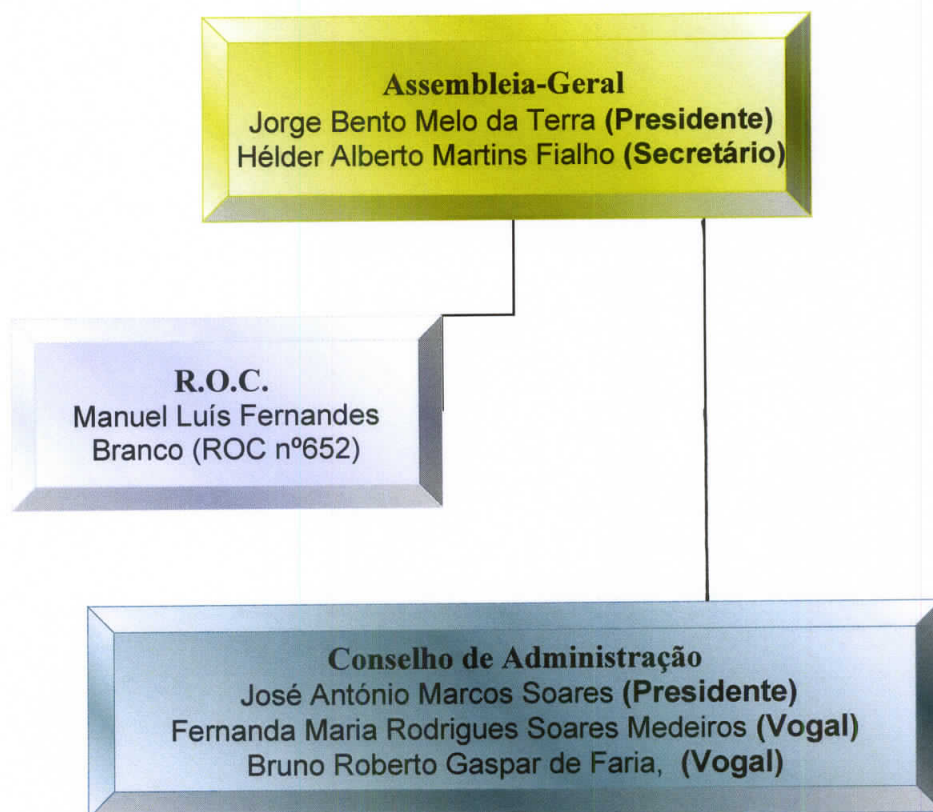
O capital social da empresa é de 50.000 €, através de 50.000 acções de 1 euros cada, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2012:

Madalenaagir S.A.

Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	%
MADALENA PROGRESSO EEM	50.000	50.000	100,00%
	50.000	50.000	100%

Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2012



2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2012 e até à presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2012.

3. EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Finalizado o processo de lançamento do concurso relativo à execução do Auditório da Madalena do Pico, procedeu-se durante o ano de 2012 à sua execução, tendo-se consignado a empreitada em fevereiro de 2012, prevendo-se a conclusão até ao final de 2013.

4. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 50/2010 de 31 de Agosto, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2012, situou-se nos 4,2 milhões de euros.
- Os custos totais de atividade operacional afeta aos investimentos em curso (excluindo juros e amortizações) da empresa totalizaram em 2012, os 582,2 mil euros

Ao nível de recursos humanos, a sociedade conta no seu quadro com uma técnica superior, a qual desenvolve toda a actividade administrativa da sociedade. Toda a actividade de operacional apoiada por um quadro em regime de outsourcing para os assuntos administrativos/financeiros, de controlo administrativo e de custos da sociedade, bem como no apoio aos projectos de investimento.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne de dois em dois meses, quando necessário, para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.

A Sociedade tem definido e subjacente à sua actividade, um plano de actividades plurianual para o período 2010-2013.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

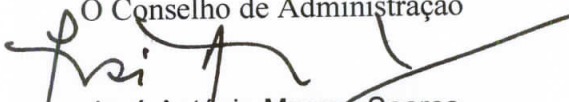
Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, um resultado antes de impostos de 0 (zero) euros, e igualmente um resultado líquido nulo.

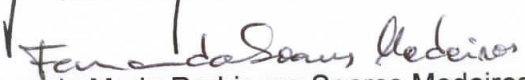
É proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em resultados transitados

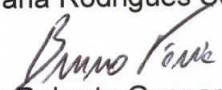
Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2013

O Conselho de Administração


José António Marcos Soares


Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros


Bruno Roberto Gaspar de Faria

Dr.
Dr.
Dr. Kuri

MADALENAGIR S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	34.288,68	54.185,97
Outros activos financeiros	8	3.839.219,77	3.201.944,16
		<u>3.873.508,45</u>	<u>3.256.130,13</u>
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	9	226.676,13	155.850,10
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber		365,00	365,00
Diferimentos	10	148,88	488,73
Outros activos financeiros		135.396,28	99.384,92
Caixa e depósitos bancários	4	14.564,59	61.236,46
		<u>377.150,88</u>	<u>317.325,21</u>
		<u>4.250.659,33</u>	<u>3.573.455,34</u>
Total do activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		50.000,00	50.000,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Total do capital próprio	11	<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	3.722.802,41	3.258.664,62
Outras contas a pagar		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		3.722.802,41	3.258.664,62
Passivo corrente			
Fornecedores	13	312.375,72	4.004,04
Estado e outros entes públicos	9	520,14	550,85
Accionistas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12	135.396,28	104.044,88
Outras contas a pagar	13	29.564,78	156.190,95
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		477.856,92	264.790,72
Total do passivo		<u>4.200.659,33</u>	<u>3.523.455,34</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>4.250.659,33</u>	<u>3.573.455,34</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

[Assinaturas]
 Fernando Soares de Sousa
 Bruno Fome

1

2

Bruno Lenc

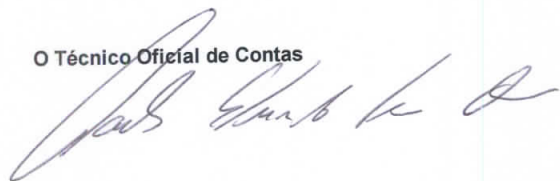
III – Demonstração dos resultados

MADALENAGIR S.A.

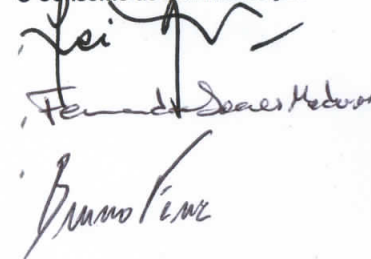
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	unid: euros	
		2012	2011 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	14	664.829,89	869.712,18
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	15	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16	(559.177,76)	(768.093,15)
Gastos com o pessoal	17	(20.359,91)	(20.654,77)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	1.000,99
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas	18	(2.705,36)	(4.181,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		82.586,86	77.783,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(11.440,21)	(8.457,08)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		71.146,65	69.326,73
Juros e rendimentos similares obtidos	19	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	19	(71.146,65)	(69.326,73)
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	8	0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

IV – Demonstração das variações no capital próprio

MADALENAGIR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
A 1 de Janeiro de 2011								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saldo inicial reexpresso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2010		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2011								
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
A 1 de Janeiro de 2012								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2012								
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Assinaturas:
 O Conselho de Administração
 O Técnico Oficial de Contas

ps.
[Signature]
[Signature]

V – Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	2012	2011 (reexpresso)
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		(445.730,07)	(839.231,97)
Pagamentos ao pessoal		(18.700,79)	(21.755,02)
Caixa gerada pelas operações		(464.430,86)	(860.986,99)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(700,00)	(844,38)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(1.877,04)	295,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais		(467.007,90)	(861.536,08)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	600.000,00	1.020.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	(99.850,85)	(52.451,05)
Juros e gastos similares		(79.813,12)	(55.884,55)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		420.336,03	911.664,40
Variação de caixa e seus equivalentes		(46.671,87)	50.128,32
Efeito da diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		61.236,46	11.108,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	14.564,59	61.236,46

O Técnico Oficial de Contas

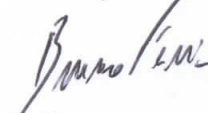
O Conselho de Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

1.
2.
Bomfim

VI – Anexo às demonstrações financeiras



Anexo às demonstrações financeiras Exercício de 2012 e 2011

1. Introdução

A **MADALENAGIR S.A.**, tem por objeto social a criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, recreativos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município da Madalena do Pico, e, complementarmente, promover a implementação, a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Madalena do Pico, bem como a prestação de outros serviços conexos que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A MADALENAGIR foi constituída em 1 de Março de 2007, com um capital social de 50.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela empresa municipal MADALENA PROGRESSO, E.M. que, em 19 de Março de 2010, passou a ser à única acionista, a qual garantiria diretamente ou através da Câmara Municipal de Madalena do Pico, o financiamento da construção, instalação, gestão, exploração e conservação de equipamentos e desenvolvimentos urbanísticos de natureza diversa.

A MADALENAGIR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições específicas da Câmara Municipal da Madalena do Pico, com especial destaque no que respeita ao estabelecimento e definição dos investimentos públicos a realizar e na sua sustentação financeira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Até 31 de Dezembro de 2011, a MADALENAGIR elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras que não tiveram em consideração a aplicação da IFRIC 12 que tornou-se obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2010, com efeitos retrospectivos. Embora esta norma proporcione orientações na contabilização de acordos de concessão de serviços pelos concessionários em acordos de concessão público-privados, a Administração considera que, no âmbito da sua atuação respeitante à construção,

administração e exploração de equipamentos municipais, as condições definidas permitem a sua aplicação por analogia. Em conformidade com essa interpretação, as regras aplicam-se aos acordos de concessão de serviços sempre que a entidade concede controla ou regulamenta os serviços que o concessionário deve prestar com as infraestruturas, a quem os deve prestar e a que preço e controla qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final da vigência do acordo, através da propriedade, de direitos de beneficiários ou de outro modo.

A fase de construção e a fase de operacionalização são contabilizadas de forma autónoma e com as correspondentes consequências na determinação do rédito. Assim, a contabilização do rédito e dos gastos relativos aos serviços de construção é de acordo com as regras estabelecidas para os contratos de construção e a retribuição recebida ou a receber pela MADALENAGIR deverá ser reconhecida pelo seu justo valor e corresponderá a direitos sobre o ativo financeiro, por ser independente da utilização da infraestrutura.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso da MADALENAGIR em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board ("IASB") relativamente a esta temática e assim o balanço em 31 de Dezembro de 2011 e as demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações de capital próprio, bem como as respetivas notas anexas, apresentadas para efeitos comparativos, foram alteradas e ajustadas em conformidade. Assim, procedeu-se à transferência dos Ativos fixos tangíveis em curso da construção para Outros ativos financeiros no montante de 2.440.074 euros (Nota 8) em Janeiro de 2011, com efeitos no rédito que passou a englobar os serviços de construção.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a construção e desenvolvimento de ativos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses ativos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objeto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos fixos tangíveis que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Activos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(f) Outras contas a pagar

As outras contas a receber e a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a receber e a pagar são classificadas no ativo corrente e passivo corrente, exceto se a realização ou liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Locações

Os contratos de locação são classificados em locações financeiras ou operacionais dependentemente de serem, ou não, transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. Assim, o respetivo ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são reconhecidas no balanço, sendo são classificadas como um passivo corrente ou não em consonância com o plano financeiro contratual. Subsequentemente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas das locações operacionais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período contratual.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A MADALENAGIR desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados.

São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A MADALENAGIR desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Subsídios governamentais e outros

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(k) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(l) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de

reporte contábilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(o) Rédito

O rédito no âmbito do campo de atuação de natureza pública que compreende a construção, manutenção, administração e exploração de equipamento municipal ou de natureza social e as respetivas infraestruturas complementares é assegurado por receitas próprias e pelo Município através pagamento de uma quantia variável anual baseada nas necessidades mínimas de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento, assumindo a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e independente da sua utilização. O rédito assume uma relação variável com os serviços de construção, de exploração e manutenção incorridos e os correspondentes gastos de financiamento associados a esses serviços.

(p) Contratos de construção

Os gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato de construção na data de relato, quando possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato. Em caso de não ser fiável a estimativa do resultado do contrato de construção, o rédito é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato que se espera recuperar e que são reconhecidos no período em que a são incorridos.

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos relativos aos contratos de construção é adotado o método da percentagem de acabamento, através do qual os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da percentagem de acabamento da obra no final de cada período, determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados nas obras.

As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas na rubrica de outros ativos financeiros ou diferimentos consoante a natureza da diferença. À data do balanço é constituída uma provisão para a perdas estimadas nos contratos de construção em curso.

(q) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(r) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(s) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14.565	61.236
	<u>14.565</u>	<u>61.236</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2011, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da MADALENAGIR é de 50.000 euros, representado por 50.000 ações ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, compreendem:

	Saldo em 01-2012	01- Aquisições / Dotações	31 de Dezembro de 2012 Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Edifícios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	53.375	-	-	53.375
Equipamento administrativo	11.495	-	-	11.495
	<u>77.369</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.369</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.250	1.250	-	2.500
Equipamento de transporte	29.654	7.388	-	37.042
Equipamento administrativo	736	2.803	-	3.539
	<u>31.640</u>	<u>11.440</u>	<u>-</u>	<u>43.081</u>
Valor líquido	<u>45.729</u>			<u>34.289</u>

8

15

8

M. M. L. L.

	31 de Dezembro de 2011			
	Saldo em 01-2011	01- Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2011
Custo:				
Edifícios e outras construções	-	12.500	-	12.500
Equipamento de transporte	38.775	14.600	-	53.375
Equipamento administrativo	226	11.268	-	11.495
	<u>39.001</u>	<u>545.829</u>	<u>-</u>	<u>77.369</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	-	1.250	-	1.250
Equipamento de transporte	23.026	6.628	-	29.654
Equipamento administrativo	157	579	-	736
	<u>23.183</u>	<u>8.457</u>	<u>-</u>	<u>23.183</u>
Valor líquido	<u>15.818</u>			<u>54.186</u>

8. Outros ativos financeiros

Em conformidade com estabelecido com o acionista único, a MADALENAGIR será remunerada de acordo com as ações que desenvolva na construção, manutenção e exploração de equipamentos urbanos de interesse municipal, bem como na prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento desses equipamentos. A remuneração não é variável com base em qualquer pressuposto quantitativo do grau de utilização desses equipamentos e está estabelecida para financiar todos os gastos operativos e financeiros associados à construção, manutenção, exploração e administração desses equipamentos de natureza diversa. O movimento nesta rubrica pode ser assim detalhado:

	2012	2011
Saldo inicial	3.309.786	2.440.074
Serviços de construção (Nota 14)	664.830	869.712
	<u>3.974.616</u>	<u>3.309.786</u>
Corrente	135.396	99.385
Não corrente	3.839.220	3.210.401
	<u>3.974.616</u>	<u>3.309.786</u>

A classificação do saldo em termos de realização está em consonância com o contrato de financiamento bancário por as condições remuneratórias estabelecidas com o acionista único garantem a cobertura das necessidades operacionais e de financiamento que naturalmente têm subjacente as prestações de capital do financiamento bancário associado aos serviços de construção.

Foi efetuado transferência da rubrica Investimentos em curso bem como o valor verificado na rubrica Terrenos e recursos naturais para Outros ativos financeiros.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	2.423	-	1.723	-
Retenção na fonte	-	-	-	-
IRC a pagar	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	96	-	90
Trabalho independente	-	7	-	44
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	224.133		154.007	-
IVA - liquidações oficiosas	120			
Contribuições para a segurança social	-	417	-	417
	<u>226.676</u>	<u>520</u>	<u>155.730</u>	<u>551</u>

A MADALENAGIR, S.A. está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais à declaração de impostos de 2012 e 2011 não terá um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros	<u>149</u>	<u>-</u>	<u>489</u>	<u>-</u>

11. Capital realizado

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

O movimento registado nesta conta diz respeito exclusivamente à realização do capital social em 2007 e o resultado apurado no ano.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 20 de Março de 2012.

12. Financiamentos obtidos

Em 13 de Novembro de 2007, foi celebrado um financiamento bancário de longo prazo, que poderá atingir o montante máximo de 7.584.000 euros, subdividido em empréstimos autónomos de acordo com os investimentos especificamente realizados. Em 31 de Dezembro de 2012, estava utilizado o montante de 4.006.000 euros, correspondendo (i) 604.000 euros ao financiamento do projecto de arquitectura e de execução do Pavilhão Multiusos e requalificação das zonas envolventes e zona histórica da vila; (ii) 696.000 euros destinado à construção do campo de jogos de S. Mateus, (iii) 1.345.125 euros referente à construção do imóvel Sócio – Educativo, e (iv) 1.360.875 euros para a construção de pavilhão multiusos e o auditório municipal.

Em 31 de Dezembro de 2012 estava por liquidar 3.858.199 euros destes empréstimos que têm um prazo de 20 anos, e serão reembolsados em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais, sendo estes calculados à taxa EURIBOR a seis meses acrescida de uma margem de 0,475%, estando previsto que o reembolso em 2013 será de 135.396 euros.

As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela totalidade dos fluxos financeiros provenientes da Câmara Municipal da Madalena do Pico e do acionista MADALENA PROGRESSO, E.M. o qual também emitiu uma carta conforto para este efeito.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores		
Outros	<u>312.376</u>	<u>4.004</u>
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	2.970	1.485
Juros a liquidar	21.986	25.238
Apoio na coordenação de projectos de investimento	-	129.044
Outros	<u>4.608</u>	<u>424</u>
	<u>29.565</u>	<u>156.191</u>

14. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o rédito reconhecido resulta de:

	2012	2011
Serviços de construção	593.722	800.385
Serviços de operação e manutenção	-	-
	<u>593.722</u>	<u>800.385</u>
Compensação financeira	<u>71.108</u>	<u>69.327</u>
	<u>664.830</u>	<u>869.712</u>

15. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Subcontratos	345.916	728.226
Trabalhos especializados	172.359	27.020
Publicidade e propaganda	6.442	-
Material de escritório	1.466	1.755
Deslocações e Estadas	5.952	1.814
Seguros	4.807	874
Contencioso e notariado	229	1.598
Outros	22.007	6.805
	<u>559.178</u>	<u>768.093</u>

16. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações do pessoal	16.569	16.565
Encargos sobre remunerações	3.705	3.705
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	86	385
	<u>20.360</u>	<u>20.655</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, havia um trabalhador.

17. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

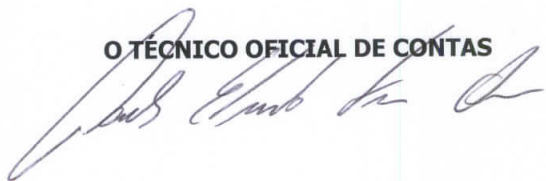
	2012	2011
Impostos		
Directos	1.844	2.533
Indirectos	753	1.003
Taxas	12	280
	<u>2.609</u>	<u>3.816</u>
Outros	96	365
	<u>2.705</u>	<u>4.181</u>

18. Juros e gastos similares

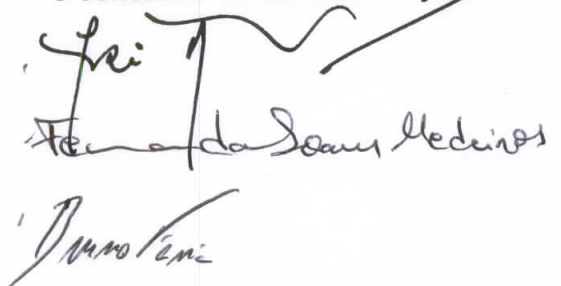
Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica juros e outros gastos similares compreendia:

	2012	2011
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	64.895	60.766
De mora e compensatórios	10	6
Outros juros	39	0
Imposto selo sobre os juros	6.203	8.555
	<u>71.147</u>	<u>69.327</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



12.
[Signature]
Mário Viana

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor accionista,

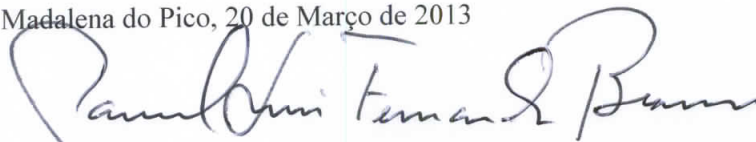
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **MADALENAGIR, S.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da MADALENAGIR, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da MADALENAGIR.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2013



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

VIII – Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Introdução

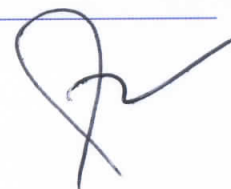
1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **MADALENAGIR, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de balanço de 4.250.659 euros e um total de capital próprio de 50.000 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



(iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MADALENAGIR, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção de que a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 incluía uma reserva por limitação por âmbito pelo facto de terem sido mantidos na rubrica de activos tangíveis fixos em curso diversas infra-estruturas já concluídas, que ficou resolvida por se ter alterado a forma de contabilização desses investimentos de carácter municipal e social, que dependendo da política de desenvolvimento e de financiamento do accionista que garante através de uma remuneração anual os fluxos necessários da actividade operacional e de financiamento que lhe estão associados, independentemente do seu grau de utilização, passaram a ser reconhecidos com base nas regras que se aplicam aos acordos de

concessão de serviços e, como indicado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo considerados como direitos sobre um activo financeiro.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2013



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

